

Viver de forma sustentável ou contribuir para a sustentabilidade do capital? As contradições que permeiam a práxis das ecovilas em tempos neoliberais

Luis Fernando de Matheus e Silva
Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Alberto Hurtado, Santiago de Chile; Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo

Resumo

O presente artigo busca analisar criticamente alguns dos aspectos que permeiam a práxis do movimento de ecovilas, centrando a discussão nas contradições surgidas quando da inflexão destas experiências – ditas “alternativas” – à lógica que rege a acumulação de capital. Sustenta-se aqui que as ecovilas representam a etapa mais recente de um fenômeno denominado “contraculturas espaciais”, cujas origens podem ser rastreadas na segunda metade do século XIX e que, a partir da década de 1990 – com o aprofundamento dos conflitos engendrados pela globalização do capitalismo em sua etapa neoliberal –, parece novamente recobrar forças. Trata-se, em verdade, de uma breve sistematização de algumas das indagações surgidas durante a realização da tese de doutorado intitulada *Ilusão concreta, Utopia possível: Contraculturas Espaciais e Permacultura (uma mirada desde o cone sul)*, defendida em julho de 2013, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP.

Palavras-chave: ecovilas; contraculturas espaciais; sustentabilidade; neoliberalismo.

Abstract:

This Article seeks to analyze critically some of the aspects that permeate the praxis of the ecovillage movement, focusing the discussion on the contradictions have arisen with the inflection of these experiences called alternatives to the logic that governs the accumulation of capital. We argue here that the ecovillage movement configures the most recent step in a phenomenon called Spatial Counterculture, whose origins can be traced back in the second half of the 19th century and that, from the 1990s with the deepening of the contradictions and conflicts engendered by globalization of neoliberalism, it seems again regain strength. It is, in fact, a brief systematization of some of the questions that have arisen during the completion of the doctoral thesis entitled Ilusão concreta, Utopia possível: Contraculturas Espaciais e Permacultura (uma mirada desde o cone sul), defended in July 2013 in the Program of Human Geography, Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences of the University of São Paulo (FFLCH-USP).

Key-Words: *Ecovillage; Spatial Counterculture Sustainability; Neoliberalism.*

Recebimento: 12/2013
Aprovação: 01/2014

luisfernandomatheus@gmail.com

¹ O termo “intencional” diz respeito à intenção que está por detrás da materialização da comunidade no espaço, ou seja, indica que tal experiência é fruto de uma escolha (coletiva) consciente e não acidental. Ao longo da história, são muitos os exemplos de comunidades que podem ser consideradas intencionais, desde antigas comunidades religiosas ascéticas como mosteiros, Sanghas (budistas) e Ashrams, até as comunidades hippies e as contemporâneas ecovilas. Porém, é importante deixar claro que, de acordo com o ponto de vista defendido aqui, comunidade intencional não é sinônimo de contracultura espacial.

² O conceito de heterotopia é entendido segundo os termos pretendidos por Henri Lefebvre (2004), para quem o mesmo diz respeito ao lugar outro, ou o outro lugar que se organiza e se estabelece de forma diferente, mas ao mesmo tempo imbricada à isotopia que o circunda. Ainda de acordo com Lefebvre, o conceito de heterotopia (assim como o de isotopia) deve ser complementado pelo de u-topia, “o alhures, o não lugar que não acontece, e, entretanto, procura o seu lugar (...), o lugar da ausência-presença: do divino; da potência; do meio-fictício meio-real; do pensamento sublime (...). É evidente que, nesse sentido, o u-tópico nada tem a ver com o imaginário abstrato. Ele é real” (LEFEBVRE, 2004, p. 45).

³ De acordo com Lefebvre, o nível privado é o nível do habitar. Muitas vezes, este nível tem sido negligenciado e/ou considerado menos importante em relação aos níveis misto e global, entretanto, Lefebvre afirma a necessidade de reinverter esse sentido, de modo a trazer o habitar para o primeiro plano. Afinal, diz ele, “o ‘homem habita como poeta’. Isso quer dizer que a relação do ‘ser humano’ com a ‘natureza’ e com sua própria natureza, com o ‘ser’, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê (...), essa relação do ‘ser humano’ com a ‘natureza’ e sua própria natureza (com o desejo, com seu próprio corpo) jamais foi imersa numa miséria tão profunda como sob o reino do habitat e da racionalidade pretensamente ‘urbanística’” (LEFEBVRE, 2004, p. 81-82).

⁴ Para Lefebvre (2004), a “sociedade urbana”, apesar de nascer com a industrialização, somente se consolida com a urbanização completa, quando “explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontinuas” (Ibid., p. 15). Nesse sentido, a “sociedade urbana” é tanto uma hipótese como uma definição.

⁵ Para compreender melhor a geografia histórica das contraculturas espaciais, assim como para saber mais a respeito da potencialidade e das contradições apresentadas na sua etapa contemporânea, ver: MATHEUS E SILVA (2013).

Introdução

Surgidas a reboque das discussões e dos movimentos contraculturais do final da década de 1960 e orientadas por concepções e conceitos – tanto éticos como estéticos – retirados de diferentes matrizes do pensamento ecológico e utópico, as *ecovilas* são um tipo de comunidade intencional¹ cuja principal característica reside na criação de assentamentos humanos “ecológicos”, diretamente relacionados com as condições geográficas locais e minimamente geradores de entropia. Por conta disso, é possível alinhar estas experiências, ao menos em princípio, à etapa mais recente de um fenômeno originado na segunda metade do século XIX e que aqui se denomina “contraculturas espaciais”, ou seja, pontos “heterotópicos”² contraditoriamente integrados aos seus arredores e que funcionam como espécies de laboratórios onde se abre a possibilidade de testar formas alternativas de viver e de se fazer as coisas.

De um modo mais preciso, as contraculturas espaciais podem ser definidas como microexperimentos de organização social e de produção espacial, geralmente de caráter comunitarista, onde o nível privado³ e a esfera do cotidiano ganham primazia e tornam-se o *locus* privilegiado no qual são experimentadas e desenvolvidas técnicas, práticas e solidariedades “alternativas” àquelas que conformam a lógica homogeneizante, individualista e alienante imposta pelo “espaço abstrato”, enredado nas regras do mercado, nos termos do desenvolvimento da indústria e nas táticas do Estado (DAMIANI, 2001).

As contraculturas espaciais, importante deixar claro, são uma expressão essencialmente moderna e urbana que, ademais, encontram-se integradas (ainda que marginalmente) às mobilizações e manifestações antissistêmicas que desde a segunda metade do século XIX têm eclodido como decorrência das contradições internas engendradas pelo movimento de acumulação do capital. São, portanto, a industrialização, quando começa a ser esboçada a sociedade urbana⁴, e as múltiplas crises decorrentes deste processo, que permitem compreender o surgimento deste tipo de experimentação socioespacial. Também é fundamental não perder de vista que historicamente este fenômeno está relacionado com a emergência dos períodos críticos que, com frequência, assolam o desenvolvimento capitalista, provocando grandes mudanças na estrutura de poder e na dinâmica de acumulação. Com isso em mente, torna-se possível apresentar um breve intento de periodização da geografia histórica das contraculturas espaciais, sinalizando para três grandes momentos de eclosão e disseminação destas experiências e a convergência existente entre tais etapas e as distintas crises capitalistas⁵.

A geografia histórica das contraculturas espaciais

Os projetos pioneiros de contraculturas espaciais surgem já na primeira metade do século XIX, mais precisamente entre 1815 a 1848, concomitantemente aos primeiros grandes ensaios do “socialismo utópico”. Aqueles anos foram marcados, na Europa, por uma série de crises sociais, políticas e econômicas que atingiram seu apogeu na “Primavera dos Povos” de 1848 e provocaram o surgimento de uma série de movimentos antissistêmicos organizados, dos quais as contraculturas espaciais passaram a fazer parte, ainda que de forma marginal. A crise estrutural capitalista deflagrada neste período deixou profundas marcas na sociedade europeia, contribuindo para acelerar um processo que andava em marcha de estranhamento em relação à modernidade capitalista, levando ao nascimento e à disseminação – em distintos momentos da segunda metade do século XIX – daquela que pode ser considerada a “primeira grande leva” de contraculturas espaciais, notabilizada, sobretudo, pelo fato

de essas experiências terem sido (em sua grande maioria) elaboradas na Europa, mas materializadas longe de suas fronteiras, em especial no continente americano.

Ocorrida quase cem anos depois, a segunda grande fase das contraculturas espaciais teve lugar entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, com o movimento *hippie* e a revolução sociocultural que acompanhou o final dos “trinta gloriosos anos” do capitalismo em sua etapa fordista-keynesiana e o prenúncio da passagem para o neoliberalismo. Personificações espacializadas do estranhamento à sociedade tecnocrática e repressora delineada a partir do pós-guerra, as novas contraculturas espaciais guardavam semelhanças e retomavam diversas características das experiências que as precederam, no entanto, estimuladas pelo aprofundamento das contradições e pelas novas questões então suscitadas, elas passaram a comportar também outras influências, preocupações e objetivos. Dessa maneira, além dos aspectos comumente verificados na primeira etapa do movimento de contraculturas espaciais – como as críticas à família, à educação formal e ao Estado, a crença no pacifismo, a valorização do hedonismo, da subjetividade e da busca pela espiritualidade, a promoção da autogestão, da organização coletivista ou comunitarista do espaço e dos meios de produção e o estabelecimento de uma agricultura de pequena escala destinada a suprir as necessidades internas de cada comunidade –, outros temas se assomaram e/ou foram acentuados, nomeadamente a crítica ao cientificismo e a busca por uma relação social com a natureza diferente daquela tornada hegemônica na modernidade ocidental.

Já a terceira fase da geografia histórica das contraculturas espaciais ganha envergadura a partir da década de 1990 e pode ser considerada uma espécie de *continuum* de toda a movimentação iniciada nos “rebeldes” anos 1960. Tal como ocorrido anteriormente, as experiências despontadas nesta etapa traduzem as questões próprias de seu tempo. Neste sentido, a privatização generalizada e a (quase) total mercadificação da vida, seguidas por todo tipo de desregulações e aventuras especulativas financeiras desencadeadas ao longo da globalização do capitalismo neoliberal, amplificaram, em muito, os problemas socioambientais já existentes desde os albores do capitalismo. Assim, em virtude do recrudescimento dos mecanismos de acumulação por espoliação e do processo de “destruição criativa da terra” (HARVEY, 2010) que notabilizam o atual estágio de acumulação, não causa estranhamento que o acento na sustentabilidade esteja muito mais presente agora do que em outros momentos da geografia histórica das contraculturas espaciais, afinal de contas, “vivemos o paradoxo de jamais ter sido tão vasto e profundo o processo de dominação e devastação da natureza quanto nesses últimos 30-40 anos em que até mesmo uma questão – a ambiental – se constituiu” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 65).

Outrossim, este momento – localizado no ápice da zona crítica indicada por Lefebvre (2004) – sinaliza também para o movimento de implosão-explosão das cidades, que a partir dos anos 1970 conheceram um ritmo de crescimento populacional sem precedentes na história, o que, associado ao próprio movimento de reprodução do capital, engendrou uma profunda crise urbana de grandeza mundial (ainda que distribuída de forma geograficamente desigual). Ao mesmo tempo, e por conta disso, o fenômeno de fetichização da natureza, verificado no mundo ocidental-capitalista desde há

muito, alcança, hoje, o grau máximo de sua potência, confirmando as suspeitas do filósofo francês, para quem:

Teoricamente, a natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo e suplantando a 'natureza' real. Tais signos são produzidos e vendidos em massa. Uma árvore, uma flor, um ramo, um perfume, uma palavra tornam-se signos da ausência: ilusória e fictícia presença. Ao mesmo tempo, a naturalização ideológica obceca. Na publicidade, a dos produtos alimentares ou têxteis, como a da moradia ou das férias, a referência à natureza é constante (LEFEBVRE, 2004, p. 36).

Dessa maneira, ao passo que se acumulam os problemas socioambientais e os níveis de qualidade de vida nas grandes cidades decaem sem parar, “novas raridades” (como a água pura, o ar limpo, as áreas verdes, etc.) são criadas para depois converterem-se em preciosas mercadorias. Disto decorre uma incrível valorização mercadológica das áreas ditas “naturais”, que passam a “ter existência real através de sua trocabilidade, através da atividade dos promotores imobiliários que se servem do espaço como meio voltado à realização da reprodução” (CARLOS, 2001, p. 66). Assim, a “ideologia da natureza” (SMITH, 1988), aliada ao desejo burguês de tranquilidade e conforto centrado no individualismo e na propriedade privada (HARVEY, 2006), tem feito com que um número cada vez maior de pessoas privilegiadas opte por morar em lugares afastados, fechados e protegidos, vendidos como oásis de sossego junto “à natureza” (ou melhor, o fetiche dela) – as “privatopias” de que fala Harvey no livro *Espaços de Esperança* (2006).

Portanto, nascida e crescida sob a sombra do neoliberalismo, a fase contemporânea das contraculturas espaciais, como não poderia deixar de ser, espelha e reproduz todas essas contradições, fazendo com que os experimentos surgidos neste momento passem por conflitos bastante distintos daqueles que foram experimentados em tempos pretéritos. Para compreender um pouco melhor as novas dificuldades e os limites que circunscrevem as contraculturas espaciais nos dias de hoje, optou-se aqui por jogar luz sobre as múltiplas relações estabelecidas entre as ecovilas e o capital, bem como a apropriação e a reprodução por parte destas experiências, que se dizem “alternativas”, de ideologias e práticas produzidas por aqueles que detêm o poder econômico e político.

Gênese e desenvolvimento do movimento institucionalizado de ecovilas

Algo que deve ser assinalado desde o início é que, embora experiências comunitaristas “alternativas” de cunho ecológico sejam uma constante no mundo ocidental desde pelo menos meados dos anos 1960, elas só começam a ser conhecidas como ecovilas a partir da publicação, em 1991, de um minucioso estudo acerca das principais comunidades intencionais de caráter “sustentável” então em atividade, feito por Robert e Diane Gilman, sob encomenda da Gaia Trust Foundation. Nesta oportunidade, os Gilman, por meio do Instituto Context, retomaram o termo “ecovila”, usado originalmente pelo movimento ambientalista/pacifista alemão dos anos 1980 (SANTOS JR., 2006), e o re-definiram de acordo com cinco aspectos fundamentais, a saber: 1) assentamentos em “escala humana”, 2) multifuncionais, 3) nos quais as atividades humanas se integram “sem danos” ao “mundo natural”, 4) de forma a apoiar o “desenvolvimento humano saudável” e 5) podendo continuar no futuro de forma indefinida⁶. De acordo com a asserção de Hildur Jackson, cofundadora da Fundação Gaia Trust, o relatório elaborado pelo Instituto Context – ao compor um

⁶ Tradução livre, do original: human-scale; full-featured settlement; in which human activities are harmlessly integrated into the natural world; in a way that is supportive of healthy human development and can be successfully continued into the indefinite future.

quadro geral das experiências comunitaristas “sustentáveis” e fornecer-lhes uma conceituação – foi de vital importância para ajudar a criar uma “identidade comum” capaz de agregar comunidades que apresentavam práticas e características semelhantes, mas que até então eram incapazes de se organizarem como um “movimento”, com diretrizes e planos de ação compartilhados.

O segundo passo para congregar as diferentes experiências comunitaristas e estimular a criação do futuro movimento institucionalizado de ecovilas também foi dado em 1991, novamente com o auspício da Fundação Gaia Trust. Na ocasião, vinte pessoas, entre pensadores e representantes de grandes comunidades, se reuniram em Fjordvang, Dinamarca, com o objetivo de discutir ações para o fortalecimento das ecovilas e a disseminação das suas ideias sobre sustentabilidade. Potencializadas pelos incríveis avanços nos meios de comunicação e estimuladas pela relevância que a questão ambiental passa a assumir na década de 1990, sobretudo após a “Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, ou Rio 92, as “comunidades sustentáveis” reunidas em torno deste grupo inicial – agora conhecidas como ecovilas – começaram a articular-se cada vez mais entre si, estabelecendo redes de contato e de intercâmbio que acabaram culminando no encontro internacional “Ecovilas e Comunidades Sustentáveis para o século XXI”, realizado em 1995, na comunidade Findhorn (localizada na Escócia) e, outra vez, patrocinado pela Fundação Gaia Trust. Este encontro contou com a participação de cerca de 400 pessoas, vindas de 40 países distintos, e marcou oficialmente a criação da “Rede Global de Ecovilas” (Global Ecovillage Network – GEN), com o estabelecimento de um estatuto e de uma estrutura legal, bem como dos objetivos e das estratégias comuns norteadoras de suas ações.

Originalmente dividida em três seções regionais autônomas – a Rede de Ecovilas das Américas (ENA), a GEN Europa e a GEN Asia/Oceania (GENOA) –, com centros administrativos funcionando respectivamente em Farm (EUA), Lebensgarten (Alemanha) e Crystal Waters (Austrália), a Rede Global de Ecovilas congregava, em 2002, cerca de 15 mil associados (CUNHA, 2012), representando experiências em diferentes estágios de desenvolvimento; “as mais antigas fundadas há mais de setenta anos e as mais recentes estão só começando”⁷. De qualquer maneira, um aspecto comum a todas elas é o foco na educação e o desejo de integrar ecologia, espiritualidade, comunidade e o desenvolvimento de negócios” (FOTOPOULOS, 2000)⁸. Recentemente foram criadas outras duas seções da GEN: a GEN África, que comporta as ecovilas africanas, antes associadas à GEN Europa, e a CASA, ou Consejo de Asentamientos Sustentables de las Américas, que congrega exclusivamente experiências latino-americanas e, diferentemente da GEN, não está focada exclusivamente em projetos de ecovilas, mas também em outras experiências e organizações, tais como projetos de “*transition towns*”⁹, “ecobairros”, “eco-caravanas”, “comunidades tradicionais” e ONGs.

Guiada pela missão de “prover serviços e liderança para a expansão de redes de contato entre indivíduos, organizações e comunidades que estão implementando práticas sustentáveis ao redor do mundo”¹⁰, e objetivando, entre outras coisas, “1) fornecer serviços na forma de informação, encorajamento, ferramentas, exemplos e liderança no desenvolvimento e na demonstração de princípios e práticas de sustentabilidade e 2) servir como think tank, incubadora, organização internacional parceira e catalizadora para ecovilas e seus projetos relacionados, assim como para modelos de estilos de vida que acelerem a transição global rumo à sustentabilidade”¹¹, a GEN tem se valido da educação como principal estratégia para a reprodução de suas ideias e práticas, bem como para o fortalecimento do movimento de ecovilas.

⁷ Entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, diversos projetos que podem ser considerados “eco-comunitaristas” passaram a vincular-se à GEN, como a Asociación Gaia, na Argentina, a ecoaldea Huehuecōyotl, no México, o International Institute for Sustainable Future, de Bombai, Índia, a rede de ecovilas do movimento Sarvodaya, localizada no Sri Lanka e inspirada pelo modelo proposto por Mahatma Ghandi, o “Movimento Nacional de Kibutztes Verdes”, de Israel, etc.

⁸ Tradução livre, do original: *The Ecovillage Network represents ecovillages at different stages of development; the oldest were established more than 70 years ago and the most recent are just beginning. Common to all is the focus on education and the desire to integrate ecology, spirituality, community and business development.*

⁹ Criado pelo permacultor inglês Rob Hopkins em 2005, o movimento de *transition towns*, ou “cidades em transição”, busca – a partir da aplicação dos princípios permaculturais – transformar certos lugares, vilarejos e cidades, de modo a torná-los mais “sustentáveis” e “resilientes”. Segundo dados fornecidos pela rede mundial de *transition towns*, existem, atualmente, 3.025 iniciativas assim denominadas (das mais variadas naturezas e escalas), espalhadas por todo o mundo, a grande maioria delas nos EUA, Europa e Austrália. O Cone Sul apresenta 19 iniciativas/ pessoas/projetos ligados a esta rede, 11 delas no Brasil, 06 no Chile e 02 na Argentina. Fonte: REDE MUNDIAL DE TRANSITION TOWNS. Disponível em: <<http://www.transitionnetwork.org>>. Acesso em fevereiro de 2013.

¹⁰ Tradução livre, do original: *To provide networking services and leadership to the expanding network of individuals, organizations, and communities who are implementing sustainability practices around the world.* Fonte: GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK. Disponível em: <<http://gen.ecovillage.org/about-gen/vision-mission.html>>. Acesso em junho de 2012.

¹¹ Tradução livre, do original: *To provide networking services in the form of information, encouragement, tools, examples, and leadership in developing and demonstrating sustainability principles and practices; To serve as a think-tank, incubator, international partner organization and catalyst for Ecovillages, ecovillage-related projects, and lifestyle models that expedite the global shift to sustainability.* Fonte: GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK. Disponível em: <<http://gen.ecovillage.org/about-gen/vision-mission.html>>. Acesso em junho de 2012.

Nesse sentido, em 2005 foi lançado oficialmente o programa “Gaia Education - Ecovillage Design Education”, cujo principal intuito é o de capacitar indivíduos, organizações e comunidades com o conhecimento necessário para “moldarem o seu mundo e tornarem-se mais autossuficientes”. Dito programa, que possui o aval intelectual do Instituto para Treinamento e Pesquisa das Nações Unidas (UNITAR), sendo considerado uma contribuição oficial à Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (2005-2014), foi desenvolvido por um grupo de educadores e especialistas em sustentabilidade denominado GEESE – “Global Ecovillage Educators for a Sustainable Earth” (Educadores de Ecovilas do Mundo para um Planeta Sustentável) – e aborda quatro dimensões específicas (social, ecológica, econômica e de “visão de mundo”), cada qual com cinco módulos, totalizando assim vinte áreas temáticas¹².

Associada à estratégia de disseminação de suas ideias e práticas via cursos e programas de educação ambiental, o estabelecimento de relações com importantes instâncias decisórias mundiais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU), também tem sido vital. Esta aproximação, que fortalece institucionalmente a GEN e a afasta das esferas ditas “alternativas”, teve início com a participação de seus membros na Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – HABITAT II –, realizada em Instambul, Turquia, em junho de 1996. Em tal oportunidade, a GEN marcou presença com palestras e demonstrações que foram muito bem recebidas pelo público geral, ajudando a fazer do conceito de ecovilas, bem como o das práticas que o constituem, mais amplamente conhecidos. Fruto disso, em 1998, Crystal Waters e Lebensgarten foram eleitas para figurar entre as cem melhores práticas habitacionais do programa ONU Habitat e, no ano 2000, a GEN foi aceita para fazer parte do conselho consultivo do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), o que lhe garantiu ainda mais reconhecimento institucional, permitindo participar mais diretamente das decisões e atividades realizadas pelos comitês e grupos de trabalho ligados à promoção e disseminação de práticas “sustentáveis”¹³.

Para os membros e ideólogos da GEN, as ecovilas representam uma das mais eficientes soluções para aquilo que eles veem como o maior problema que atualmente aflige a humanidade, ou seja, o crescimento “desordenado” (econômico, urbano e populacional) que levou o planeta “às portas do seu esgotamento físico”. Assim, ao apresentarem um modo de vida alternativo e sustentável, “capaz de se manter indefinidamente no futuro”, as ecovilas e as práticas a elas associadas, segundo seus entusiastas, seriam exemplos práticos e concretos de como a ação pode ser realizada “aqui e agora”, fornecendo uma maneira acessível e eficaz para conter a “degradação social, ecológica e espiritual” vivenciada hoje, e, ao mesmo tempo, mostrando o caminho que deveria ser trilhado rumo à sustentabilidade no século XXI¹⁴.

Adaptação funcional ao *status quo* e inserção das ecovilas no circuito de acumulação do capital

Não obstante, ainda que possua uma série de fundamentos e elementos capazes de serem alocados positivamente em favor da transição a uma nova sociedade, mais ecológica e igualitária, faz-se necessário analisar o fenômeno das ecovilas de uma maneira um pouco mais cuidadosa, nomeadamente quando de sua institucionalização e conseqüente “adaptação funcional” ao mercado e à sociedade capitalista, visto que muitas das perspectivas adotadas pela GEN para edificar um “mundo sustentável” mostram-se limitadas e trazem consigo uma série de problemas e incoerências que devem ser esmiuçadas.

¹² Até o ano de 2013, o programa Educação Gaia contava, oficialmente, com 38 instituições, realizando cursos sob os seus parâmetros educacionais e pedagógicos, sendo 16 no continente americano (01 na Argentina, 01 na Bolívia, 09 no Brasil, 01 no México e 04 nos EUA); 08 na Ásia (01 na China, 02 na Índia, 01 no Japão, 01 no Nepal, 01 nas Filipinas, 01 no Sri Lanka e 01 na Tailândia); 02 na África (Congo e Senegal); 01 na Oceania (Austrália); 10 na Europa (01 na Alemanha, 01 na Bélgica, 01 na Dinamarca, 01 na Escócia, 02 na Espanha, 01 na Estônia, 01 na Finlândia, 01 na Itália e 01 em Portugal); e 03 no Oriente Médio (02 em Israel e 01 na Turquia).

¹³ Entre 2007 e 2009, por exemplo, a GEN – através de um de seus maiores representantes junto à ONU, Albert Bates – participou ativamente do conselho formado por ONGs sobre mudanças climáticas (Caucus on Climate Change).

¹⁴ *Ecovillages, by endeavoring for lifestyles which are “successfully continuable into the indefinite future”, are living models of sustainability, and examples of how action can be taken immediately. They represent an effective, accessible way to combat the degradation of our social, ecological and spiritual environments. They show us how we can move toward sustainability in the 21st century (Agenda 21).* Fonte: GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK. Disponível em: <<http://gen.ecovillage.org/ecovillages/whatisanecovillage.html>>. Acesso em junho de 2012.

Em relação a isso, o filósofo e economista grego Takis Fotopoulos (2000) alerta para a incapacidade apresentada pelo movimento de ecovilas, tanto no plano teórico como no prático, para construir uma nova ordem mundial. Seguindo a tradição pacifista presente na geografia histórica das contraculturas espaciais desde sua gênese, os “ecovileiros” buscam edificar uma nova sociedade ecológica através da “força do exemplo”, sem confrontar diretamente o sistema hegemônico. Entretanto, coincidindo em grande parte com as críticas de Marx e Engels feitas às experiências do socialismo utópico da segunda metade do século XIX¹⁵, Fotopoulos assinala que a “força do exemplo” proveniente de um novo estilo de vida e ações educativas para promovê-lo, embora tenham a virtude de ajudar a criar uma cultura alternativa de autogestão e sustentabilidade em pequenas parcelas da população, não são, por si, suficientes para gerar as condições necessárias de uma mudança societária mais ampla e profunda. Ademais, no contexto de altíssima concentração de riqueza e de poder verificado hoje em dia, este tipo de estratégia é muito facilmente marginalizado, quando não cooptado, pelas forças dominantes.

Fotopoulos acusa ainda as ecovilas de não se posicionarem de forma contundente contra a verdadeira causa dos problemas socioambientais atuais, mostrando-se muito mais preocupadas em adequar-se às regras que regem a sociedade capitalista do que propriamente contrapor-se a elas. Sinais claros desta “adaptação funcional” ao atual estado de coisas podem ser percebidos na incorporação e na reprodução acrítica de um discurso “pró-emprededorismo”, bem como no desenvolvimento de uma multiplicidade de negócios, que, apesar do “selo verde”, não raro mantêm a mesma lógica capitalista. Isto, porém, não chega a ser de todo uma surpresa, dado que muitos dos que estão ligados ao movimento institucionalizado de ecovilas pertencem às classes médias acomodadas e buscam, nas palavras de Fotopoulos, apenas construir melhores condições de vida para si mesmos, de uma maneira bastante autoindulgente.

Não por acaso, os partidários das ecovilas não parecem influenciar os bilhões de desprivilegiados que lutam para sobreviver, tanto no sul como no norte, e sua influência parece estar concentrada entre aquelas pessoas que já têm seus problemas resolvidos e agora podem se preocupar com um estilo de vida e a espiritualidade (FOTOPOULOS, 2000).¹⁶

Contudo, o afastamento de parte considerável do movimento intitucionalizado de ecovilas de um programa social e político verdadeiramente comprometido com os interesses das classes trabalhadoras, bem como a sua participação (direta e/ou indireta) na reprodução do sistema dominante, não podem ser explicados unicamente pela origem “burguesa” de seus membros. Deste modo, considera-se que a obliteração do “potencial emancipador” das ecovilas, traduzido em sua despolitização e, conseqüentemente, na sua bem-sucedida adequação ao *status quo*, repousa no fato de o dito movimento ter sido criado e desenvolvido paralelamente à ascensão do neoliberalismo. Por conta disto, resultam bastante comuns a apropriação e a reprodução acrítica de certos discursos, ideologias e práticas que compõem o “arsenal” capitalista (particularmente neoliberal), algo que fica explicitado em inúmeras ocasiões, apesar de muitas vezes ignorado por seus entusiastas¹⁷.

Pesquisando os acervos da revista *online* do Instituto Context, um dos maiores porta-vozes do movimento insitucionalizado de ecovilas, por exemplo, há um artigo publicado em 1983 intitulado “Descentralização Corporativa: um reporte sobre os sinais da revolução da consciência no mundo corporativo”¹⁸, assinado por Wayne Roberts. Nele, o autor celebra efusivamente a absorção, por parte

¹⁵ As críticas de Marx e Engels às experiências concretas de organização socioespacial feitas com base no pensamento “utópico” podem ser apreciadas com maior clareza no *Manifesto Comunista* de 1848.

¹⁶ Tradução livre, do original: *Not accidentally, the ecovillagers do not seem to have any influence whatsoever on the billions of the underprivileged people struggling to survive in the North or the South and that their influence seems to be concentrated among people who have already solved their survival problems and now worry about the quality of life and their spirituality.*

¹⁷ Este tipo de questão foi verificado *in situ* em diversas ocasiões, nos trabalhos de campo realizados entre 2008 e 2013, junto a ecovilas e experiências de permacultura desenvolvidas na Argentina, na Argentina e no Chile.

¹⁸ Corporate Decentralization: A report on signs of the revolution of consciousness in the corporate world.

¹⁹ Bem verdade que, no início dos anos 1980, eram poucos aqueles que conseguiam compreender corretamente as consequências e a amplitude das mudanças pelas quais estava passando o capitalismo e que desembocariam posteriormente no neoliberalismo. Assim, não eram raros os autores, mesmo no campo da esquerda, que saudavam as novas formas de organizar a produção industrial como possíveis avanços em relação à alienação do trabalho promovida pelo fordismo-taylorismo.

²⁰ Tradução livre, do original: *This new climate will result in more cooperation and less destructive competition; improved management-union relations; sharing of power, authority, and decision making with the employees; and more open, two-way communications; and finally, increased efficiency and profitability. All of these changes I see as a direct response to, and a manifestation of the new consciousness.*

²¹ *This is just the beginning – the first step into the new age for this company and those to follow. It will take time for these changes to be made and the results to be seen and felt. We must have patience. Yet change will probably come much faster than I hope, and that will be good because I have high hopes!* (ROBERTS, 1983).

²² Acerca disso, Neil Smith (1988) identifica algumas das raízes que dão sustentação a este tipo de discurso “ambientalista” no pensamento gerado pela Escola de Frankfurt, em especial nos pensadores da segunda geração, que, segundo ele, ao reagirem contra o economismo vulgar, acabaram por fetichizar a natureza, realizando análises um tanto deterministas acerca da ciência e da tecnologia, com uma forte tradição antirrevolucionária. De acordo com a interpretação de Smith, autores como Habermas e Schmidt, por exemplo, viam na “condição humana” o grande problema na “luta sobre a natureza”, relegando um papel secundário às relações sociais e históricas sob o capitalismo. Esta concepção fragmentada e dualista da natureza foi em larga medida apropriada por uma parcela considerável do movimento ambientalista dos anos 1960, gerando, direta ou indiretamente, sérias consequências políticas, já que estimulou a criação de um discurso baseado em reformas no sistema (e não sua superação) e uma sensação de que “um mais ou menos desesperado e místico recolhimento em si parecia a única alternativa” (Ibid., p. 64).

das empresas norte-americanas, dos novos processos de trabalho, vindos sobretudo do Japão, que substituíam a produção em série e de massa típicos do fordismo por processos menos rígidos, capazes de responder mais adequadamente às novas exigências do mercado em meio à virada neoliberal. Ignorando o fato de que a “ocidentalização do toyotismo” resultou da dinâmica de acumulação do capital, que, em crise e mergulhado num ambiente cada vez mais competitivo, teve de buscar novos meios de controle do trabalho e de extração de mais-valia, as formulações de Roberts acabam caindo no mais puro fetichismo¹⁹, creditando as profundas mudanças no mundo do trabalho como resultado de uma suposta “revolução de consciência” (*revolution of consciousness*) no meio corporativo.

Este novo clima laboral vai resultar em mais cooperação e menos competição destrutiva; em melhoria nas relações com os sindicatos, compartilhamento de poder, autoridade e tomada de decisões sendo feitas junto com os empregados; em comunicações mais abertas e horizontais; e, finalmente, na melhora da eficiência e lucratividade. Todas essas mudanças eu vejo como resposta direta para e a manifestação de uma nova consciência (ROBERTS, 1983).²⁰

Mas, ao contrário dos elogios e das predições esperançosas de Roberts – para quem as transformações no mundo laboral seriam apenas o primeiro passo rumo a uma nova sociedade mais justa e ecológica²¹ –, esta nova “manifestação da consciência” traduziu-se, como bem se sabe, no solapamento dos direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora, no aumento das taxas de desemprego estrutural, na proliferação de subempregos e na promoção de um individualismo “muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida” (HARVEY, 2007, p.161). Obviamente, não é o intuito deste texto discutir as enormes mudanças verificadas no sistema produtivo capitalista ao longo das últimas três décadas e suas consequências para a classe que vive do trabalho, no entanto, o artigo de Roberts, que, inclusive, chega a aconselhar a adoção de alguns dos traços constitutivos da produção flexível para a estruturação e gestão das comunidades intencionais, ajuda a desvelar o alinhamento de muitos dos mentores e dos entusiastas do movimento institucionalizado de ecovilas ao ideário hegemônico e, conseqüentemente, sua reticência em posicionar-se clara e firmemente contra a verdadeira fonte das gravíssimas crises atuais²².

Diante disto, fica fácil entender o porquê da tendência, que se mostra imperante no movimento institucionalizado de ecovilas, em dialogar muito mais com a visão de ambientalismo tornada dominante a partir do relatório *Brundtland*, de 1987 (“Nosso Futuro Comum”) – quando passa a ser construída uma geopolítica do desenvolvimento sustentável baseada no mercado –, do que com propostas ecológicas mais populares, “vindas de baixo”, que entendem a sustentabilidade como resultado lógico de um processo mais amplo e profundo de superação do capital e da racionalidade moderna que lhe dá suporte. De fato, a própria distribuição geográfica desigual do movimento institucionalizado de ecovilas, cujos “centros de comando” e decisão até muito pouco tempo atrás se localizavam quase todos nos países capitalistas avançados, exprime e, de certa maneira, reproduz a estrutura desigual de poder verificado no interior do sistema capitalista. Por conseguinte, é possível pensar também numa espécie de colonialismo do pensamento que atravessa o movimento de ecovilas, afinal, a visão da futura sociedade esboçada por ele, bem como o caminho a ser traçado

para alcançá-la, foram estabelecidos, ao menos no início, “de cima para baixo”, com base numa perspectiva europeia, branca, moderna e ocidental²³.

Uma vez afastado de um *corpus* teórico e ideológico mais crítico e politicamente comprometido, o movimento institucionalizado de ecovilas deixa de colocar em cheque a sociedade capitalista, preferindo deslocar suas críticas à “sociedade industrial” ou ainda à “civilização” (muito raramente o termo capitalismo aparece), uma manobra que:

encobre o papel específico e principal do capital e das relações mercantilizadas na formação da sociedade moderna (...). As relações sociais básicas da exploração e da dominação capitalista são ofuscadas por generalizações metafísicas sobre o ego e a *technique*, confundindo o público no que diz respeito às causas fundamentais das crises sociais e ecológicas – as relações mercantilizadas que dão origem aos agentes corporativos do poder, da indústria e da riqueza (BOOKCHIN, 2011, p. 84-85).

Norteados por uma crítica social de cunho moral, o movimento institucionalizado de ecovilas tem buscado assim construir uma nova sociedade utilizando as estruturas da velha. Com isso, a expectativa de superação do capitalismo, se não desaparece do horizonte utópico, é relegada a um segundo plano, dando lugar à crença de que a transformação societária – possível de ser realizada dentro dos limites do mercado – será mais o resultado “natural” da “evolução espiritual dos indivíduos” (traduzida em mudanças espontâneas de hábitos, de valores, etc.), do que o fruto de uma luta organizada e programática contra os poderes dominantes, uma retórica “idealista” e “apolítica” que nega a luta de classes, escamoteia a urgente necessidade de transcender o capital e ignora a dialética de que “só por meio da mudança de nosso mundo institucional podemos ao mesmo tempo modificar a nós mesmos, do mesmo modo como apenas por meio do desejo de mudar a nós mesmos pode a mudança institucional ocorrer” (HARVEY, 2006, p. 245).

A fé no utopismo do capitalismo verde professada por parte do movimento de ecovilas pode ser justificada quando se esquadriham as origens da fundação dinamarquesa Gaia Trust – uma das maiores impulsionadoras da criação da Rede Global de Ecovilas (GEN) e, sem dúvida, sua principal mantenedora. Dita fundação nasceu como o braço filantrópico da companhia especializada no gerenciamento de linhas de fundos mútuos Gaia Corp, fundada em 1988 pelo empreendedor canadense-dinamarquês Ross Jackson. No ano 2000, após uma história empresarial de relativo sucesso²⁴, a Gaia Corp foi vendida ao grupo sul-africano Appeton, no entanto, a Gaia Trust, com Ross e Hildur Jackson à frente, continuou existindo, agora atrelada à Gaia Tech, empresa de *venture capital* responsável por investir recursos em pequenas e médias companhias “verdes” dinamarquesas, financiando seu desenvolvimento e contribuindo para levá-las a novos patamares mercadológicos. O amálgama ambientalismo-capitalismo é assim apresentado na página web da fundação:

A estratégia da *Gaia Trust* sempre foi baseada numa dupla abordagem *Yin e Yang*. O componente *Yin* é o suporte ao movimento de ecovilas, através do seu subsídio, enquanto o componente *Yang* é o investimento de capital em recém-criadas companhias “verdes”, que complementam a política de subsídios, criando empregos e promovendo mais negócios sustentáveis. O principal projeto resultante foi o estabelecimento da Rede Global de Ecovilas e o da empresa de capital de risco *Gaia Technologies S/A*. Mais de 300 projetos em 30 países foram subsidiados. Um dos conceitos chave é o de suportar os primeiros cursos de permacultura em diversos países²⁵.

²³ Por outro lado, é importante destacar que a desconcentração espacial e a renovação do movimento de ecovilas, verificadas desde os anos 2000, com o surgimento de diversos novos experimentos socioespaciais deste tipo, podem estar alterando um pouco esta tendência. Nesse sentido, as experiências levadas a cabo em contextos geográficos diferentes daqueles de onde provém a maior parte das ecovilas que deram origem à GEN, influenciadas por ideias, práticas e posicionamentos político-ideológicos distintos dos que se tornaram dominantes no “centro”, vêm buscando (não sem contradições) desenvolver redes de contato e intercâmbio alternativos, bem como novas formas de relacionar-se com o mercado e com a sociedade em geral. Nestes casos, um novo arranjo tem tudo para ser esboçado, indicando a possibilidade de serem instauradas relações “mais horizontais” e profícuas entre os entusiastas das ecovilas e os demais sujeitos/movimentos sociais, sobretudo em uma escala local. Para saber mais, ver: MATHEUS E SILVA (2013).

²⁴ No início dos anos 1990, graças ao desenvolvimento e à utilização de novos mecanismos financeiros e a espetaculares taxas de retornos alcançadas por alguns de seus fundos, a Gaia Corp chegou a ser citada por jornais como *Wall Street Journal* e *International Herald Tribune* como uma das empresas financeiras mais inovadoras e bem-sucedidas de sua época.

²⁵ Tradução livre, do original: *Gaia Trust's strategy has always been two-pronged with yin and yang components. The yin component was to support the ecovillage movement through grants, while the yang component was to invest its capital in "green" startup companies that would complement the grants policy, creating jobs and promoting more sustainable businesses. The major projects resulting were the establishment of the Global Ecovillage Network and venture capital firm Gaia Technologies A/S. Over 300 grants have been made to projects in over 30 countries. One of the key concepts was to support the first permaculture course in a number of countries.* Fonte: GAIA TRUST FOUNDATION. Disponível em: <<http://www.gaia.org/gaia/gaia-trust/history/>>. Acesso em junho de 2012.

Sinais dos tempos: Gaia, a Mãe Terra dos gregos, tem seu significado alterado pelas mãos do Deus Capital e os mecanismos financeiros passam a ser utilizados em nome da transição rumo a uma nova sociedade mais “espiritualizada” e “ecológica”. Dessa maneira, sustentabilidade e capitalismo são explicados cósmica e naturalmente como forças antagônicas, mas complementares e interdependentes, que se integram em um todo orgânico indissolúvel²⁶. Ideologicamente, isto é da maior relevância, visto que colabora para reforçar a ideia de que não existe alternativa para edificar uma sociedade “sustentável” sem passar pelo filtro do mercado capitalista. Sobre esta questão, David Harvey (2008) explica que muitas das mobilizações e movimentos contestatórios contraculturais surgidos a partir dos anos 1960/70 foram incorporados pelo capital e passaram a colaborar para legitimar popularmente, no nível da experiência cotidiana, a virada neoliberal. “O efeito disso em muitas partes do mundo foi vê-lo cada vez mais como uma maneira necessária e até completamente natural de ‘regular’ a ordem social” (Ibid., p. 50).

O professor ensina que isso se deu porque os levantes políticos, sociais e culturais verificados naquele instante, protagonizados em sua maioria por estudantes e jovens vindos das classes médias urbanas, concentravam suas críticas nas restrições à liberdade individual impostas pela família, pelo sistema educacional e pelas burocracias (corporativas e estatais). Ao mesmo tempo, havia também o forte clamor por justiça social. No entanto, estas duas metas – promoção das liberdades pessoais e busca por justiça social – não são necessariamente compatíveis e muitas vezes surgem, entre ambas, tensões difíceis de serem resolvidas, haja vista que:

A busca da justiça social pressupõe solidariedades sociais e a propensão a submeter vontades, necessidades e desejos à causa de alguma luta mais geral em favor, de por exemplo, igualdade social ou justiça ambiental. As metas da justiça social e da liberdade pessoal foram fundidas de maneira problemática no movimento de 1968. A tensão foi mais evidente na frágil relação entre a esquadra tradicional (o trabalho organizado e os vínculos políticos favoráveis às solidariedades sociais) e o movimento estudantil desejoso de liberdades individuais (...). Embora não seja impossível vencer essas diferenças, não é difícil ver como criar entre elas uma separação duradoura (Ibid., p. 51).

Como as contraculturas em geral julgavam sacrossantas as liberdades pessoais e o Estado intrusivo e tecnocrata era tido como o grande inimigo a ser combatido, além de seus membros provirem quase sempre das classes médias urbanas, a retórica neoliberal – fortemente contrária ao poder de intervenção estatal e à fixidez burocrática e a favor da liberação das liberdades e capacidades empreendedoras individuais – encontrou aí um solo fértil onde pudesse propagar suas ideias.

Tomando ideais de liberdade individual e virando-os contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado, os interesses da classe capitalista podiam alimentar a esperança de proteger e mesmo de restaurar sua posição. O neoliberalismo era bem adequado a essa tarefa ideológica, precisando porém da sustentação de uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumo diferenciado e o libertarianismo individual (Ibid., p. 52).

²⁶ Em termos gerais, na Filosofia tradicional chinesa, os princípios Yin e Yang servem para descrever como forças opostas e contraditórias são, em verdade, interconectadas e interdependentes, sendo uma a causa da outra e vice-versa.

Logo, no contexto de mercadificação generalizada engendrada pelo neoliberalismo, muitas das demandas feitas pelos diferentes movimentos dos anos da contracultura, incluindo as ecovilas, acabaram sendo aliciadas pela ordem vigente e passaram a contribuir, ainda que inconsciente ou indiretamente, para a reprodução das assimétricas relações sociais e de poder. Deste modo, o que nasce originalmente como uma proposta de vida comunitarista, sustentável e anti-*establishment* – herdeira direta da tradição inaugurada pelas contraculturas espaciais do século XIX – acaba domesticado pelas forças dominantes, sendo reduzido a um mero referencial fetichizado de um estilo de vida “alternativo”, “espiritualizado” e “ecológico”²⁷. Em outros termos, uma vez talhadas de seu caráter contestatório original e apartadas de um projeto sociopolítico mais amplo e transversal, as ecovilas não somente se tornam inofensivas à ordem estabelecida, como passam a ser condizentes e úteis aos propósitos de outra sustentabilidade, aquela que busca conservar a todo custo o “bioma do capital”.

Considerações Finais

Até certo ponto, a fase mais contemporânea da geografia histórica das contraculturas espaciais pode ser encaixada como uma componente do variado e renovado movimento antissistêmico que ganha força em meados da década de 1990, como resultado direto do agravamento dos problemas e das crises engendrados pela globalização do capitalismo em sua etapa neoliberal. No entanto, num momento em que tudo tende a se transformar em mercadoria, não causa estranhamento o fato de muitas das novas experiências de contraculturas espaciais, nomeadamente no interior do movimento institucionalizado de ecovilas, terem sido “cooptadas” e inseridas no circuito de acumulação de capital, passando a contribuir à reprodução daquilo que inicialmente pretendiam criticar. O capital tem essa incrível capacidade de absorver suas “exterioridades” e utilizá-las em seu favor.

E, se antes as críticas às contraculturas espaciais recaíam no modo como estas experiências, baseadas no pensamento utópico, elaboravam e promoviam suas ideias, que, “advindas de algum etéreo recanto da imaginação, estavam fadadas ao fracasso” (HARVEY, 2006, p. 270), atualmente é preciso estar atento para captar algo muito mais complexo e problemático, que é justamente a adoção de certo “pragmatismo mercadológico” que reza pela utopia de um capitalismo justo e ecológico. Deste modo, o temor de Theodore Roszak (1972), de que a contracultura penteasse os cabelos, ajustasse o despertador, obtivesse uma carteira de previdência social e guardasse sua rebeldia para depois do expediente, tornou-se realidade e muitas das comunidades ditas “alternativas” acabaram por capitular ao mercado capitalista, especialmente nestes tempos neoliberais de flexibilização da economia. Assim, sob os selos “ecológico” e/ou “*new age*”, parte considerável das atuais experiências de contraculturas espaciais, de possíveis alternativas ao capitalismo, corre o risco de se converter, se é que já não se converteu, em uma alternativa a mais para garantir a reprodução deste sistema. Com isso, o alhures de uma sociedade pós-capitalista verdadeiramente sustentável torna-se ainda mais difícil de ser atingido.

Isto tudo, porém, não significa que se deva simplesmente negar ou menosprezar as múltiplas possibilidades emancipadoras e os aspectos positivos – verificados sobretudo na esfera do cotidiano e em uma escala local – apresentados pelas atuais contraculturas espaciais, pelo contrário. Ainda que a “autopista do capital” tenha sido o caminho trilhado por boa parte das experiências deste tipo, em especial sob as condições neoliberais, é importante deixar claro que a subsunção ao *status quo* não é uma via de mão única, tampouco uma senda sem retorno. A tarefa, portanto, consiste em reforçar

²⁷ Ao não representar uma ameaça real ao *establishment*, as ecovilas são constantemente celebradas por ele, o que pode ser percebido pelo grande número de reportagens elogiosas sobre este tipo de comunidade intencional publicadas em diversos jornais e revistas pró-sistema, tais como *The Wall Street Journal*, *Forbes*, *Vanity Fair*, etc. Muito diferente do que acontece com os *Okupas* anarquistas ou ainda com as ações promovidas por trabalhadores sem-terra e sem-teto.

o caráter de “contracultura espacial” que de certa forma ficou abstruso quando da despolitização de parte deste movimento e sua consequente adequação funcional ao mercado capitalista, mobilizando suas ideias e ações em prol da construção de um utopismo espaço-temporal, ou dialético, “que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo em que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos” (HARVEY, 2006, p. 258).

Todavia, para que esta potencialidade seja plenamente liberada, faz-se necessário enfrentar a questão do fechamento em si e a superação das soluções puramente reformistas que buscam apenas “pintar de verde” o muro cada vez mais alto do capital. Para tanto, é fundamental romper com os limites discursivos do “desenvolvimento sustentável” e – por meio de uma ampla articulação com as classes trabalhadoras – ajudar a construir um projeto sociopolítico-econômico radicalmente distinto, muito mais profundo, transversal e bem estruturado, em que “a questão ambiental e uma ‘relação com a natureza’ mais satisfatória tenha lugar de destaque, ao lado da reconstrução das relações sociais e modos de produção e de consumo” (HARVEY, 2006, p. 292). Somente desta maneira, as contraculturas espaciais como um todo, e as ecovilas em particular, poderão ser pensadas como possíveis “alternativas societárias” ao projeto alienante, homogeneizante e altamente entrópico ensejado pelo capital.

Referências Bibliográficas

- BOOKCHIN, M. *Anarquismo: crítica e autocrítica*. São Paulo: Hedra, 2011.
- CARLOS, A. Novas contradições do espaço. In: CARLOS, A.; DAMIANI, SEABRA, O. (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 62-80.
- COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- CUNHA, E. V. A *Sustentabilidade em Ecovilas: práticas e definições segundo o marco da economia solidária*. Salvador, 2012. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia.
- DAMIANI, A. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: CARLOS, A.; DAMIANI, A.; SEABRA, O. (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 48-61.
- ENGELS, F.; MARX, K. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- FOTOPOULOS, T. The limitations of life-style strategies: the ecovillage “movement” is NOT the way towards a new democracy society. *Democracy & Nature: The International Journal of Inclusive Democracy*, v. 6, n. 02, jul. 2000.
- GAIA EDUCATION. *Educação para o design de ecovilas*. Disponível em: <<http://www.gaiaeducation.org/>>. Acesso em junho de 2012.
- GILMAN, R. A Cluster of Eco-villages: Stories from sustainable community projects around the world. *Context*, v. 29. 1991. Disponível em: <<http://www.context.org/ICLIB/IC29/Cluster.htm>>. Acesso em fevereiro de 2012.
- _____. The Ecovillage Challenge. *Context*, v. 29. 1991. Disponível em: <<http://www.context.org/ICLIB/IC29/Gilman1.htm>>. Acesso em fevereiro de 2012.
- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2007.
- _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2006.
- LEFEBVRE, H. *Revolução urbana*. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.
- LEFF, E. *Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MATHEUS E SILVA, L. F. *Ilusão concreta, Utopia possível: Contraculturas Espaciais e Permacultura (uma mirada desde o cone sul)*. São Paulo, 2013. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- ROBERTS, W. Corporate Decentralization: A report on signs of the revolution of consciousness in the corporate world. *Context*. v. 2, 1983. Disponível em: <<http://www.context.org/iclib/ic02/roberts/>>. Acesso em fevereiro de 2012.
- ROSZAK, T. A *Contracultura*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- SANTOS JR., S. *Ecovilas e Comunidades Intencionais: ética e sustentabilidade no viver contemporâneo*. III Encontro da ANPPAS. Brasília, Anais, 2006.
- SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.